

O princípio da gestão democrática na educação encontra-se amplamente respaldado na legislação brasileira, em documentos legais como a Constituição federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional da Educação (Lei nº 13.005/2014). Entretanto, para além das menções e inferências legais, a gestão democrática compreende, em sua definição, concepções teóricas, ações políticas e mecanismos práticos de caráter multidimensional. Tal caráter se assevera diante da variedade de agendas emergentes, configuradas em duas dimensões: a dimensão legal e formal e a dimensão da prática cotidiana.

Na dimensão da prática cotidiana, estão firmadas, mas não exclusiva ou estaticamente, as ações de unidades escolares, redes e sistemas de ensino, além dos movimentos políticos que as acompanham, partindo do entendimento da democratização da gestão como condição estruturante para a qualidade da educação. Já a dimensão legal é composta – dentre outros fatores – pelo ordenamento jurídico que dá corpo ao entendimento formal sobre o assunto. Tais dimensões ora dialogam, ora divergem, afirmando singularidades em torno de processos dinâmicos em que os aspectos legais e as práticas cotidianas se relacionam, se alteram e (re)constroem significados para o princípio da gestão democrática.

Tanto em razão da dimensão legal quanto da dimensão da prática cotidiana, há protagonismos múltiplos, que assinalam posições e interferem nos movimentos de construção da compreensão sobre o princípio em questão. Dentre esses protagonistas, encontramos sindicatos, movimentos populares, comunidades escolares e, também, a academia. O protagonismo da academia modela-se fortemente na condução de discussões no âmbito científico, amparadas por pesquisas e debates teóricos comprometidos com o adensamento das condições de democratização da gestão.

http://dx.doi.org/10.5335/rep.v24i2.7411

Nesse espaço protagonista, a academia resta como agente indutor, potencializador e com argumentos que incidem sobre a qualificação das discussões acerca da gestão democrática, sublinhando pautas e colaborando na construção da concepção e materialidade do princípio, pois gestão democrática:

[...] é uma complexa categoria político-educativa, uma construção social que não dispensa a análise dos contextos históricos, dos projetos políticos e da correlação de forças em que ocorre, para além de envolver dimensões teóricas e conceituais que vão desde as teorias da democracia e da participação, até às teorias organizacionais e aos modelos de governação e administração das escolas e respectivos sistemas escolares.¹

Seguramente, há, ante a pauta da gestão democrática, tópicos recorrentes, como autonomia, participação, descentralização, organização de colegiados e instâncias decisórias, eleição de diretores, planejamento, fortalecimento de projetos coletivos, organização didático-pedagógica, dentre outros assuntos. Mas há, também, tópicos emergentes e contextuais, que se estruturam a partir das demandas sociais e históricas, indicando tendências de debates, pesquisas e ações políticas. Dentre os tópicos atuais, surgem, com relevo, discussões sobre o federalismo e o regime de colaboração; o debate candente sobre sistema nacional de educação; as recentes reformas curriculares nos diferentes níveis e etapas da educação nacional; a tensão entre o local e o nacional bem como entre o público e o privado; as alterações legais e práticas advindas do Plano Nacional de Educação e dos planos estaduais e municipais, dentre outros aspectos.

Isso porque gestão implica ação, daí seu caráter de movimento. Quando vem acompanhada do adjetivo 'democrática', além de requerer ação, ela também abarca escolhas políticas, corroborando seu caráter multidimensional: se, por um lado, ela é ação e ocorre na prática cotidiana, por outro, também é política, partindo de concepções datadas e contextualizadas. Dessa constatação, compreendemos que a democratização da educação, para além da concepção política, ocorre na vivência diária, em práticas que vão sendo significadas pelos sujeitos que delas se ocupam, pois, ainda que "[...] não obstante guiada por alguma concepção teórica do real e de suas determinações e potencialidades, a democracia só se efetiva por atos e relações que se dão no nível da realidade concreta".²

Nessa direção, a *Revista Espaço Pedagógico* pauta como temática central do volume 24, n. 2, maio/ago. 2017, a **gestão democrática na educação**, atenta para o debate teórico-conceitual sobre o assunto, mas também para a narrativa de experiências concretas que problematizem possibilidades de gestão da educação.

Iniciamos por apresentar os seis artigos que compõem a **seção temática** desta edição. No primeiro artigo, intitulado *Gestão democrática do ensino público e o município*, Elton Luiz Nardi reflete sobre os desafios da materialização da gestão

democrática no âmbito dos sistemas municipais de ensino, destaca o protagonismo destes na normatização da gestão democrática, sem deixar de apontar sua complexidade e suas contradições.

Seguindo, os pesquisadores Eliane Thaines Bodah e Brian William Bodah dispõem o texto intitulado *A gestão no ensino superior: uma abordagem das práticas em universidades públicas dos Estados Unidos*, no qual demonstram que o sistema norte-americano apresenta singularidades em relação à maioria dos países da América Latina, notadamente, no que diz respeito à descentralização do poder governamental e à adoção de um sistema de gestão autônoma e local.

Participação, educação não escolar e problematização de práticas: uma perspectiva em elaboração é o título do artigo assinado por Luiza Helena Dalpiaz, cujo foco se volta para o estudo da participação como constitutiva da noção de educação não escolar e elemento estruturante de um método para a problematização de práticas profissionais singulares, que permitem compreender as políticas públicas.

Graziela Zambão Abdian e Paulo Henrique Costa Nascimento apresentam, na sequência, o artigo intitulado *Gestão e qualidade da educação escolar básica: sentidos em construção*, resultante de uma pesquisa de revisão bibliográfica em que analisam questões históricas e atuais relativas à formação, à função e às formas de provimento do diretor de escola, discutindo suas implicações na qualidade de ensino da escola pública.

No artigo de Elena Maria Billig Mello e Lisiane Machado Duarte Martins, nomeado *O universo da orquestra do projeto político-pedagógico: processo de (re) construção no ensino fundamental*, as autoras apresentam reflexões oriundas de uma pesquisa-ação desencadeada no âmbito de construção/reconstrução do projeto político-pedagógico de uma escola estadual de ensino fundamental, considerando um espaço discursivo que envolveu toda a comunidade escolar.

Os quatro artigos apresentados na sequência advêm do fluxo de **demanda contínua** da *Revista Espaço Pedagógico*. Carlos Alberto Vasconcelos, no artigo intitulado *Possibilidades para a inserção da educação ambiental na formação docente*, desenvolve um estudo de cunho bibliográfico e documental, apontando propostas alternativas para o tratamento do tema da educação ambiental nos cursos de formação de professores, em perspectiva interdisciplinar.

As pesquisadoras Isabel Cristina Machado de Lara e Lanúzia Almeida Brum Ávila subscrevem o artigo denominado *Matemática e realidade: uma análise de possibilidades para minimizar dificuldades de aprendizagem*, no qual procuram identificar as percepções dos onze docentes participantes do estudo acerca da importância da valorização da realidade dos estudantes no processo de aprendizagem matemática.

Lindomar Wessler Boneti e Geisa Melo de Oliveira apresentam o artigo *Enem:* análise do desempenho escolar nas edições 2009 a 2013, com o propósito de analisar dados originados de uma pesquisa sobre os resultados do Enem, buscando compreender a relação entre a nota obtida e a localização geográfica da escola tendo em vista a situação social e econômica regional.

Encerrando a seção de artigos de demanda contínua, Francisco Carlos dos Santos Filho, Fabíola Giacomini De Carli e Flávia Eloisa Caimi trazem o texto intitulado A problemática da produção da subjetividade em aula: reflexões acerca da docência universitária na área das Ciências Humanas. Trata-se de um relato reflexivo acerca de uma experiência de docência compartilhada na pós-graduação que busca teorizar os encontros e confrontos que se estabelecem nos espaços da aula, tendo em vista a produção de subjetivações entre os sujeitos.

Na seção *Diálogo com educadores* temos a honrosa participação do professor doutor Pablo Daniel Vain, pesquisador da Universidade Nacional de Misiones, da cidade de Posadas, Argentina. O professor compartilha com os leitores da revista seus estudos e suas ideias acerca do tema central desta edição, oferecendo-nos uma visão dos modos como se delineia a gestão democrática na educação argentina.

Na seção *Resenha*, contamos com a contribuição de Munir José Lauer, que nos apresenta a obra da pesquisadora estadunidense Martha Nussbaum, intitulada *Sem fins lucrativos*: por que a democracia precisa das humanidades, de 2015.

Por fim, agradecemos a todos os envolvidos com a publicação desta edição, em especial aos autores e aos avaliadores. Que a leitura seja prazerosa e profícua!

Rosimar Serena Esquinsani – Organizadora Eliara Zavieruka Levinski – Organizadora Flávia Eloisa Caimi – Editora-Chefe e Organizadora

Notas

² PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 18.

LIMA, Licínio C. A gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestionária? Educação e Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1067-1083, out./dez. 2014. p. 1069-1070.